

PROBLEMÁTICAS NO TRABALHO DOCENTE BRASILEIRO: uma revisão de literatura na perspectiva ergológica

MARIANA RAMOS DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

MÔNICA DE FATIMA BIANCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

PRISCILLA DE OLIVEIRA MARTINS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

PROBLEMÁTICAS NO TRABALHO DOCENTE BRASILEIRO: uma revisão de literatura na perspectiva ergológica

1. INTRODUÇÃO

Verifica-se atualmente a efervescência do debate sobre as relações de trabalho (BARROS et al., 2019). Tanto na mídia como na academia, muitas questões e problemáticas que envolvem os diversos tipos de trabalho são evidenciadas, como: desocupação, precarização, instabilidade, informalidade, novos arranjos de trabalho, dentre outros. Canário (2018) explica que, de um lado, têm-se os empregados ativos, que estão sujeitos a ritmos e níveis de exploração que recordam os tempos primórdios do capitalismo; e, por outro lado, existe um grupo crescente de assalariados sem emprego, os quais são condenados a uma forçada inatividade via aumento do desemprego. Nesse contexto, “a incerteza que pesa sobre o conjunto crescente da população assalariada repercute não só no aumento dos níveis de tolerância à injustiça social, bem como no crescimento dos níveis de sofrimento que afetam o conjunto dos trabalhadores” (CANÁRIO; 2018, p. 48).

Estudos que envolvem o trabalho, em suas variadas formas, ganham evidente importância nesse cenário de turbulências contextuais – no Brasil, crises políticas, sociais e econômicas. Pensando nisso, este artigo busca analisar, especificamente, o trabalho docente nessa conjuntura. A perspectiva ergológica é utilizada, pois se aproxima da atividade real do trabalho, a qual envolve elevada complexidade e problemas intrínsecos (TRINQUET, 2010). Nessa perspectiva, ratifica-se a afirmativa de Schwartz (2010) de que o trabalho está no seu funcionamento, na sua atividade, na sua ampla riqueza e na sua multiplicidade. Assim, adota-se o pressuposto de que a ergologia não é “uma disciplina no sentido de um novo domínio do saber, mas, sobretudo uma disciplina de pensamento” (SCHWARTZ, 2000a, p. 45).

Com isso, o objetivo deste artigo é: identificar as principais problemáticas vivenciadas no trabalho docente em estudos recentes brasileiros de perspectiva teórico-analítica ergológica. Para tanto, procedeu-se com uma revisão integrativa de literatura. Os estudos selecionados para a revisão de literatura são os que fazem uso da ergologia para analisar a atividade de trabalho, o que viabiliza a identificação e a análise de problemáticas vivenciadas no trabalho docente. A utilização da ergologia mostra-se relevante, principalmente, por permitir que o pesquisador se aproxime da atividade e compreenda a ordem objetiva e subjetiva do trabalho do professor (DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015).

Com esta revisão integrativa de literatura, é possível identificar o conhecimento já construído em pesquisas anteriores e recentes que vincularam o trabalho docente e a ergologia. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), as revisões integrativas são fundamentais para se conhecer o estado da arte sobre temas específicos, o que contribui significativamente para o desenvolvimento de novas investigações. Nesse sentido, são apresentados os achados principais dos estudos selecionados em relação às problemáticas vivenciadas no trabalho docente brasileiro.

Especificamente sobre o trabalho docente, ressalta-se que os profissionais que atuam na docência são caracterizados pela especialização de saberes científicos e práticos, e devem ser reconhecidos como um grupo social organizado e específico na sociedade (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012). O trabalho docente vai além do espaço da sala de aula e da correção de provas, envolvendo diversas outras atividades, como orientações, desenvolvimento de pesquisas, elaboração de relatórios, reuniões de conselhos, dentre outras. Assim, devido a sua natureza, o trabalho é exercido em locais diversos (salas de aula, laboratórios, salas de reunião, eventos acadêmicos, etc.) e em horários variados e não programados (ARBEX; SOUZA; MENDONÇA, 2013; LEMOS, 2011).

Therrien e Loiola (2001) explicam que a docência é uma prática situada, contextualizada e decorrente de um processo que envolve múltiplos saberes – advindos da área disciplinar, da

formação, da qualificação, do currículo, da prática social, da experiência, da cultura, dentre outros. Como ato pedagógico, os autores advertem que o trabalho docente incorpora conhecimentos diferentes e pluridisciplinares, desenvolvidos por áreas distintas como a sociologia, a psicologia, a filosofia e a história. Lüdke e Boing (2007) reforçam, adicionalmente, que o ensino constitui uma realidade altamente dinâmica e imponderável, sendo impossível de ser inteiramente prevista. Evidencia-se, nesse sentido, o quão complexa é a natureza do trabalho docente – não apenas o *saber ensinar*, mas também o saber estudar, pesquisar, orientar, planejar, cuidar, improvisar, dentre muitas outras práticas.

Este artigo está estruturado em cinco tópicos. Após a introdução, o referencial teórico é apresentado discutindo pressupostos e conceitos da ergologia. Sequencialmente, é detalhado o caminho metodológico utilizado na revisão de literatura. O quarto tópico refere-se à análise dos resultados encontrados após a leitura integral dos estudos selecionados para a revisão, remetendo ao objetivo de pesquisa delineado. Por fim, as considerações finais são discutidas.

2. ERGOLOGIA: PRESSUPOSTOS E CONCEITOS

A ergologia caracteriza-se como uma das teorias inseridas nas clínicas do trabalho, cujo fundamento é conhecer profundamente o trabalho para ser possível a intervenção e a transformação – sendo Yves Schwartz, importante filósofo francês, um dos principais estudiosos (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Trinquet (2010) complementa a caracterização ao afirmar que a ergologia é um método inovador que permite abordar a atividade humana, sendo capaz de facilitar o entendimento da realidade laboriosa do indivíduo que trabalha.

A atividade humana possui algumas características básicas, quais sejam: existência de uma distância irreduzível entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho realizado*; tal distância é sempre *ressingularizada*, sendo conduzida e arbitrada por entidade de alma e corpo; a arbitragem sempre mobiliza um complexo de valores, o que caracteriza o trabalho como um *debate de valores e normas* (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010). O trabalho prescrito é enquadrado pelas normas antecedentes que são definidas por duas características em relação ao agir humano: anterioridade, isto é, existem antes da vida coletiva; e, anonimato, por não considerarem a singularidade daqueles que estarão encarregados de agir no posto de trabalho (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). O trabalho prescrito engloba as regras, os regulamentos e as diretrizes. Já o trabalho real envolve a efetivação do trabalho e a avaliação do trabalhador, o qual adapta o prescrito e as normas aos seus valores, percepções e sentimentos (BORGES, 2004; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). A situação real do trabalho sempre será distinta do que foi antecipado pelo prescrito – mas este é necessário para o trabalho (SCHWARTZ, 2010).

Como método de pesquisa e intervenção, Trinquet (2010) explica que se deve considerar o *trabalho prescrito* e o *trabalho real* por meio da dialética pluridisciplinar dos saberes, quais sejam: *saberes constituídos* e *saberes investidos*. Enquanto o *saber constituído* refere-se ao saber erudito e acadêmico, o *saber investido* é o saber experiencial, da atividade, do “aqui e agora”, sendo um verdadeiro saber e complementar ao *saber constituído*. O autor assume que a atividade de trabalho se relaciona com a dialética desses saberes, além de estar pautado nas relações sociais que se desenvolvem nas organizações e na sociedade.

O *corpo-si* é outra concepção importante na ergologia. Durrive e Schwartz (2018) explicam que este envolve um centro de arbitragem individual que incorpora o psíquico, o social, as normas, os valores, dentre outros; funcionando como regras endógenas formadas a partir das constantes *renormalizações*. Os autores explicam que o processo de renormalização está no cerne da atividade, pois uma vez que o ser humano está exposto a normas e exigências no meio em que se encontra, ele tenta de forma permanente a reinterpretação dessas normas que lhe são propostas – como uma tentativa de “configurar o meio como o seu próprio meio” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018, p. 26). Os autores reforçam também que a individualidade – incluindo os encontros com os meios da vida –, considerada como história, é o próprio *corpo-*

si. Assim, o *corpo-si* supera a divisão entre biológico, psíquico e cultural, e envolve a pessoa enquanto ela está vinculada a atividade, englobando aspectos sociais, psíquicos e institucionais, além de valores, normas, racionalização, tempo, dentre outros (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

Ainda, conforme Schwartz (2010), é efetivamente nas análises da atividade de trabalho que se manifesta a dialética entre *uso de si por si* (singular, uso de si em função de si próprio) e *uso de si pelos outros* (dimensão social, com uso de si em função do que os outros demandam). Durrive e Schwartz (2018) esclarecem que o trabalho coloca em tensão o *uso de si* comprometido e consentido por si mesmo, e o *uso de si* que é requerido pelos outros. Assim, as *dramáticas de uso de si* ocorrem em situações que rompem as sequências antecipáveis e habituais da vida, e por isso há a necessidade de agir e reagir – isto é, de fazer *usos de si* (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018), cotidianamente e continuamente.

A ergologia apresenta-se, enfim, como um importante aporte teórico para se pensar as adaptações do trabalho aos indivíduos (e não os indivíduos ao trabalho) por meio da aproximação da atividade humana de trabalho (TRINQUET, 2010). Assim, para entender, analisar, pensar e transformar o trabalho, a aplicação da lente ergológica apresenta-se como um caminho promissor. Nesse sentido, a ergologia pode proporcionar a compreensão de como as pessoas vivenciam as *dramáticas de usos de si* em meio às normas instituídas no mundo do trabalho – considerando a atividade como lugar de tensão, já que o trabalhador deve fazer suas micro escolhas constantemente (SCHWARTZ, 2010). A atividade humana é constituída de ampla riqueza, e a ergologia entende e considera tal característica.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo adotou procedimentos de revisão bibliográfica sistemática, caracterizada como uma revisão planejada que utiliza métodos sistemáticos e explícitos para coletar e analisar estudos prévios, embasados em um objetivo (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Especificamente, trata-se de uma revisão integrativa de literatura, cujo objetivo é sintetizar a literatura empírica e teórica de estudos já desenvolvidos em determinado tema. A importância do método é justificada por permitir a compreensão mais abrangente de um fenômeno e, assim, fornecer a geração de novos conhecimentos (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A revisão e a análise da literatura seguiram os procedimentos indicados por Botelho, Cunha e Macedo (2011), conforme as etapas indicadas no Quadro 1.

Quadro 1. Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo

(continua)

<p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p>
<p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p>
<p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p>
<p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p> <p><i>Etapas da Revisão Sistemática Realizadas no Presente Estudo</i></p>

<p>2- Artigos indexados nas bases <i>Scielo</i> Brasil, Periódico CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Brasil) e Revista Ergologia – que foi incluída devido a sua relevância para a pesquisa;</p> <p>3- Estudos realizados no Brasil.</p> <p>4- Busca pelos descritores no campo “todos os índices” das bases de dados.</p> <p>C) Resultados iniciais: 35 artigos, conforme detalhamento. <i>Scielo</i> Brasil (6 artigos); Periódico CAPES (19 artigos); Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Brasil (8 artigos); Revista Ergologia (2 artigos).</p>
<p><i>Etapa 3 - Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados</i></p> <p>A) Procedimentos de exclusão, após a busca inicial: 23 artigos excluídos, conforme detalhamento.</p> <p>1- Identificação dos artigos repetidos entre as bases de dados utilizadas. Exclusão de 8 artigos;</p> <p>2- Seleção de periódicos conforme classificação <i>Qualis CAPES</i> (dez/2019) na área de Administração ou interdisciplinar (*), estando de acordo com o escopo da pesquisa. As classificações mantidas foram A2, B1, B2 e B3, excetuando a Revista Ergologia (*). Exclusão de 4 artigos.</p> <p>3- Leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos. Exclusão de 11 estudos que não estavam em conformidade com o escopo desta revisão de literatura (por exemplo: estudo com a lente da psicodinâmica do trabalho e com ênfase em outras temáticas e objetos de pesquisa, como gênero, reforma agrária, gestão pública, etnologia e fenomenologia, dentre outros).</p> <p>B) Resultado final: 12 artigos selecionados para a revisão.</p>
<p><i>Etapa 4 - Leitura e categorização dos estudos selecionados</i></p> <p>Procedimentos:</p> <p>1- Separação de artigos teóricos e empíricos (cada grupo com a sua matriz de síntese);</p> <p>2- Leitura dos artigos na íntegra;</p> <p>3- Elaboração de matriz de síntese (via <i>Microsoft Excel</i>) com as informações: referência, palavras-chave, temática e objeto, lente teórica, objetivo, problemáticas discutidas, argumentos e achados;</p> <p>4- Análise crítica dos estudos com a criação de categorias e agrupamentos (base na Ergologia), mantendo a ênfase nas problemáticas vivenciadas na atividade do trabalho docente.</p>
<p><i>Etapa 5 - Análise e interpretação dos resultados obtidos após a leitura dos artigos</i></p> <p>Identificação das principais problemáticas vivenciadas no trabalho docente; Discussão e análise dos dados, incluindo sucintamente o enfrentamento frente às problemáticas identificadas.</p>
<p><i>Etapa 6 - Apresentação da revisão de literatura e proposta para estudos futuros</i></p> <p>Descrição das fases da revisão, de forma criteriosa, e apresentação dos principais resultados obtidos.</p>

Fonte: Elaborado conforme as etapas de revisão sugeridas por Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Nota: (*) As justificativas destas escolhas serão apresentadas no próprio texto.

Após todos os procedimentos supracitados de inclusão e exclusão, esta revisão de literatura englobou 12 estudos que estavam em conformidade com o objetivo. A pesquisa bibliográfica contemplou artigos indexados em bases de periódicos relevantes no cenário da pesquisa brasileira (*Scielo* Brasil, Periódico CAPES e BVS Brasil). A revista *Ergologia* foi incluída dentre as bases de busca devido a sua relevância nos estudos sobre a atividade humana.

Ademais, compreendendo que a ergologia trata-se de um método pluridisciplinar para abordar a realidade da atividade humana (TRINQUET, 2010), a estratégia de busca contemplou periódicos do *Qualis* CAPES na área de Administração – por ser a formação das autoras deste estudo – e na área da Educação, por contemplar estudos analíticos sobre o trabalho docente.

A partir da leitura dos artigos e identificação das principais problemáticas vivenciadas no trabalho docente, foram levantadas categorias conforme a lente ergológica, quais sejam: i) prescrições do trabalho; ii) organização do trabalho; e, iii) confronto entre saberes. Em relação ao enfrentamento dessas problemáticas, discute-se sucintamente o debate de normas, o *corpo-si*, as renormalizações e os *usos de si*. Tais análises são apresentadas no tópico a seguir.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Artigos Selecionados

Inicialmente, procedeu-se com a caracterização das produções selecionadas. Ressalta-se que um dos procedimentos de exclusão envolveu a classificação *Qualis* CAPES, sendo selecionados os periódicos classificados, de forma interdisciplinar, acima de B3 – com exceção da revista *Ergologia*. Conforme já destacado, a seleção envolveu as áreas de Administração e Educação. O Quadro 2 sumariza as informações principais dos artigos.

Quadro 2. Características dos Artigos

Área	Periódico	Classificação <i>Qualis</i> CAPES	Autores e Data de Publicação
Ciências Humanas	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	B1 (ADM, CCO, T) B2 (EDU)	Jogaib e Muniz (2015)
	Educação em Revista	B2 (ADM, CCO, T) B2 (EDU)	Lima e Cunha (2018)
	Ergologia	B4 (ADM, CCO, T) B5 (EDU)	De Freitas e Souza (2018)
			Veríssimo, Faria, Oliveira e Silva (2018)
	Interface (Botucatu)	S/c (ADM, CCO, T) A2 (EDU)	Ribeiro, Araújo-Jorge e Bessa Neto (2016)
	Pesquisas e Práticas Psicossociais	S/c (ADM, CCO, T) B2 (EDU)	Barros, Silva, Zamboni, Martins e Cardoso (2019)
	Revista Brasileira de Educação	B1 (ADM, CCO, T) A1 (EDU)	Alves (2018)
Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)	B3 (ADM, CCO, T) B1 (EDU)	Dias, Santos e Aranha (2015)	
Linguísticas e Letras	Letras de hoje	S/c (ADM, CCO, T) B1 (EDU)	Alves (2014)
			Daher (2014)
			Sant'anna (2014)
Veredas - Revista de Estudos Linguísticos	S/c (ADM, CCO, T) B2 (EDU)	Beato-Canato e Arruda (2017)	

Fonte: Elaborado conforme as etapas de revisão sugeridas por Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Legenda: (ADM, CCO, T) - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; (EDU) - Educação; S/c - Sem classificação para a área, conforme *Qualis* CAPES.

Os artigos selecionados se dividiram em estudos teóricos – de natureza reflexiva e de revisão bibliográfica – e estudos empíricos. Os estudos teóricos reflexivos se ocuparam das seguintes temáticas e objetos: atividade docente em cursos de educação à distância (ALVES, 2014); prática de concurso público para seleção de professores (DAHER, 2014); ementas de disciplinas e trabalho docente (SANT’ANNA, 2014); invisibilidade do trabalho docente (ALVES, 2018); e, professores com contratos de prestação de serviço temporário (BARROS et al., 2019). Já o artigo de revisão bibliográfica investigou, dentre outros tópicos, a representação do trabalho docente no Brasil (DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015).

Os estudos empíricos se caracterizaram como qualitativos, com as seguintes temáticas e objetos de investigação: vivências da aposentadoria no trabalho docente (JOGAIB; MUNIZ, 2015); ambiente, saúde e trabalho como influenciadores na educação profissional (RIBEIRO; ARAÚJO-JORGE; BESSA NETO, 2016); formação docente em contraste com as propostas das diretrizes curriculares nacionais (BEATO-CANATO; ARRUDA, 2017); influência de prescrições e renormalizações no trabalho docente (DE FREITAS; SOUZA, 2018); políticas de reconhecimento de saberes no trabalho docente (LIMA; CUNHA, 2018); e, aprendizado durante a formação docente e as formas de trabalho (VERÍSSIMO et al., 2018).

No tocante a atuação do professor nos diversos níveis de ensino brasileiro, os artigos se dividiram da seguinte forma: (5) contemplaram o ensino superior (BEATO-CANATO; ARRUDA, 2017; DE FREITAS; SOUZA, 2018; JOGAIB; MUNIZ, 2015; SANT’ANNA, 2014; VERÍSSIMO et al., 2018); (4) a docência de forma geral (ALVES, 2014; ALVES, 2018; BARROS et al., 2019; DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015); (1) a docência no ensino básico, técnico e tecnológico, de forma simultânea (LIMA; CUNHA, 2018); (1) o ensino técnico (RIBEIRO; ARAÚJO-JORGE; BESSA NETO, 2016); e, (1) o nível básico (DAHER, 2014). A partir de tais descrições dos artigos selecionados para esta revisão de literatura, é possível, enfim, analisar e discutir os dados obtidos.

4.2 Problemáticas no Trabalho Docente

4.2.1 Prescrições do trabalho

A distância entre o trabalho prescrito e o real é uma proposição advinda da ergonomia e assumida como universal, na lente ergológica, para qualquer atividade humana (SCHWARTZ, 2010). Os estudos teóricos reflexivos de Sant’anna (2014), Alves (2014) e Alves (2018), e as investigações empíricas de De Freitas e Souza (2018) e Veríssimo et al. (2018) versam sobre as problemáticas da atividade frente às prescrições do trabalho.

Sant’anna (2014) discutiu as tendências à aproximação e afastamento da situação de trabalho de um professor de ensino superior em relação ao conteúdo de ementas de disciplinas – nesse caso, especificamente, do curso de Letras. A autora explica que, na academia, a ementa trata de uma descrição conceitual e procedimental de uma disciplina, sendo o instrumento oficial para determinar a aptidão para que o professor exerça a atividade. A ementa é utilizada, portanto, como referência para professores e alunos, constituindo espaços de conhecimento previamente definidos e de saberes que são valorizados. Com esse entendimento, assume-se no estudo a problemática de que a preparação para o trabalho docente é definida pelo controle de conteúdos dissociados da atividade – como se a prescrição fosse o único nível que importasse na concepção do trabalho. Ora, o trabalho docente é complexo e demanda criatividade – fugindo do caráter passivo e mecânico – e, por isso, para a formação do professor, a autora defende que é fundamental a diminuição da distância (ou desaderência) que as disciplinas do eixo de saberes formais registram em suas ementas.

Alves (2014) também analisou as prescrições do trabalho e a sua relação com a atividade docente na educação à distância (EAD) – modalidade crescente no mundo contemporâneo. Pelas características dos cursos EAD, o trabalho docente é realizado em plataformas virtuais

por meio da tutoria. Nessa atividade docente, o fundamento é conceder maior autonomia ao aluno no processo de construção do conhecimento. Para a autora, embora existam modelos diversos de EAD, a tutoria é o principal mecanismo de apoio no processo de aprendizado *on-line*. Nesse sentido, o professor-tutor vive, cotidianamente, as problemáticas de ser um intermediador entre o trabalho programado por um professor formador – aquele que planeja, seleciona e prepara o material didático, e que toma decisões de suporte pedagógico – e os alunos. Ora, tem-se aí uma divisão determinada entre quem planeja e quem executa e, com isso, o professor-tutor está “longe de atuar como um autônomo, recebendo comandos do professor e efetivando os planos destes, na interação com os alunos” (ALVES, 2014, p. 338).

Em um estudo mais recente, Alves (2018) apresenta reflexões sobre a invisibilidade da docência sob o ponto de vista da atividade. Para discutir as problemáticas da atividade a partir das prescrições, o autor apresenta um exemplo de uma professora de educação infantil na seguinte situação de trabalho: dar banho em crianças. A prescrição da diretoria apresenta-se como uma tarefa simples, afastada de qualquer complexidade, qual seja: dar banho em crianças e apresentá-las aos pais, em um horário determinado. No trabalho real, porém, muitos desafios se instauram: atrasos para iniciar o banho, dificuldade para controlar as crianças (filas, vestimentas, brincadeiras) e limitações do ambiente – por exemplo, apenas dois chuveiros para 14 crianças; falta de armários; mau dimensionamento das janelas; dentre outros. Torna-se perceptível, nessa situação, que a atividade humana se configura como a mediação do prescrito ao real. Para obter os resultados requeridos, todo o esforço, o engajamento, a mobilização e a gestão contínua dos incidentes pela professora se tornam “maquiados” e “invisíveis” pela prescrição simplificada da atividade.

De Freitas e Souza (2018), ao investigarem normas antecedentes e prescrições — regimentos, estatutos, leis, resoluções e portarias – que compõem as atividades cotidianas de professores de uma universidade pública brasileira, constataram a existência de normas sociais que são vivenciadas pelos docentes, como: trabalhar em domicílio, utilizar materiais pessoais para lecionar, realizar pesquisas e publicar artigos, atender alunos sem local programado, gerir o tempo da aula (reduzindo-o, para que seja possível o intervalo entre as aulas), dentre outros. Tais normas sociais não existem nos manuais, porém são vivenciadas no dia a dia de forma natural, constituindo problemáticas para o docente. As autoras advertem para os elementos variados que interferem na realização do trabalho docente (pessoais, sociais, econômicos), e estes não são previstos com exatidão pelas normas. Logo, para que o trabalho ocorra, o docente precisa se colocar por completo na realização das atividades, utilizando continuamente de novas formas de fazer para lidar com a imprevisibilidade.

Nessa perspectiva, Veríssimo et al. (2018) buscaram compreender a distância entre o que docentes aprendem durante a formação (prescrições) e a forma como trabalham. Para tanto, investigaram uma egressa de Pedagogia de uma instituição de educação superior, e verificaram a criação e o protagonismo no trabalho real da professora frente às prescrições externas, às especificidades dos alunos e às necessidades requeridas pelo meio. Como profissional, a professora enfrenta problemáticas diversas que não foram “ensinadas” na formação docente, ou indicadas nos manuais vigentes – o que evidencia a distância da formação com o trabalho real. São inúmeras as problemáticas apontadas, incluindo a necessidade de atenção difusa (alcance da diversidade na sala de aula), mas, também, atenção focada (reconhecimento das especificidades dos alunos); a preocupação em deixar “marcas” positivas; e, o controle constante das emoções. Como exemplificação, a professora propõe uma metáfora da complexidade da sala de aula: “(...) *É como se você tivesse numa cozinha com várias máquinas ligadas (...) Panela de pressão, torradeira, batedeira, alguma coisa fritando e óleo derramando, sabe? Parece que é assim.*” (VERÍSSIMO et al., 2018, p. 139).

Os artigos supracitados evidenciam a grande complexidade do trabalho docente. Ao avaliar as prescrições do trabalho docente, ratifica-se a existência de uma distância permanente

e irredutível entre o trabalho que é prescrito e o trabalho que é realizado (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010) – conforme os pressupostos ergológicos. O trabalho real constitui a ordem da atividade de um sujeito singular, e o trabalho docente deve ser entendido como uma prática situada (DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015). As diversas problemáticas apresentadas reforçam que a atividade de trabalho se constitui como um lugar de problema e conflito (SCHWARTZ, 2010) e, especificamente, na docência, a distância entre o prescrito e o trabalho real é gerida pelo necessário engajamento político-social daquele sujeito que ensina (VERÍSSIMO et al., 2018). Ora, cada sujeito tem uma maneira única e singular de ser, de agir, de reagir e de estar no mundo; logo, cada professor, mesmo após o processo de aprendizagem para a docência, será o detentor singular de sua atividade docente.

4.2.2 Organização do trabalho

As formas atuais de organização do trabalho, associadas à incorporação do conhecimento técnico-científico, objetivam o aumento constante da produtividade, o que provoca o acréscimo do trabalho precário e de outras formas atípicas de emprego, além do aumento do nível de exploração do trabalho (CANÁRIO, 2018). A partir desse contexto, o estudo de revisão bibliográfica de Dias, Santos e Aranha (2015), bem como as pesquisas reflexivas de Daher (2014) e Barros et al. (2019), englobaram aspectos da organização do trabalho docente a partir ergologia. Adicionalmente, as investigações empíricas de Ribeiro, Araújo-Jorge e Bessa Neto (2016) e Jogaib e Muniz (2015) também versam sobre a organização da atividade de ensino e educação.

Dias, Santos e Aranha (2015) reforçaram aspectos negativos e alarmantes sobre a organização atual do trabalho docente no Brasil, incluindo sobrecarga de jornada, perda da autonomia e desvalorização salarial e social. As autoras advertem que a organização efetiva do trabalho nas instituições de educação se submete, muitas vezes, às determinações macroestruturais, preterindo a dinâmica das ricas e diárias negociações que ocorrem no interior das instituições. Escolas, faculdades e universidades são percebidas como espaços de controle disciplinar. Outra importante especificidade apontada referente ao contexto brasileiro é a valorização da produção do saber desvinculada de sua transmissão, o que instaura a separação entre atividade de pesquisar e ensinar, cientista e professor e teoria e prática.

Ao analisar a seleção de professores no ensino público básico, Daher (2014) problematiza a organização do concurso público. A autora adverte não apenas para os problemas identificados no planejamento e na organização dos concursos (como a não avaliação destes), mas principalmente para os perigos da forma como os concursos vêm sendo estabelecidos – incluindo a não valorização do profissional frente a sua capacidade teórica, reflexiva, autônoma e crítica, apto a lidar com as constantes renormalizações da atividade. O problema reside na busca pela seleção de um professor domesticado, para que possa repetir valores considerados relevantes por grupos específicos. Em suas conclusões, a autora adverte para a urgente “necessidade de avaliar a avaliação” (DAHER, 2014, p. 314).

O estudo de Barros et al. (2019) contemplou a precarização do trabalho docente, com ênfase nas contratações temporárias. Para os autores, inúmeros docentes estão vivenciando arranjos adoecedores na gestão dos processos de trabalho. No Brasil, o sucateamento do ensino público vem sendo aplicado de diferentes maneiras, como: equipamentos inoperantes; número de escolas insuficientes; quadro reduzido de professores; e, desqualificação do trabalho docente, com péssimas condições de trabalho, maior exigência quanto ao esforço pessoal e redução salarial. Conforme os autores, as políticas brasileiras aumentaram de forma considerável o ritmo de trabalho do professor e, atualmente, a polivalência é uma verdadeira exigência na atividade de ensino – incluindo o discurso empresarial da máxima produtividade e da redução de custos que se impera nos ambientes de ensino. Nas redes públicas, muitos docentes vêm sendo contratados de forma temporária, com prazos determinados, para

exercerem a mesma função (mesmos deveres e obrigações) dos professores efetivos – porém, com salário inferior e sem os mesmos direitos. Ora, a situação é, de fato, preocupante, pois traz inúmeras complicações e consequências prejudiciais à atividade docente.

Ribeiro, Araújo-Jorge e Bessa Neto (2016) investigaram três temáticas principais – ambiente, saúde e trabalho – na elaboração de uma tecnologia social de saberes e práticas profissionais de educação. Por meio de um resgate histórico do trabalho de educação, assistência social e saúde no estado do Acre, os autores advertem para inúmeras situações que influenciaram para maior flexibilização e precarização do trabalho. Por exemplo, muitas instituições que, por manterem o foco no desenvolvimento produtivo, consideram medidas de segurança e de proteção ao trabalhador apenas quando afetam diretamente o mercado. Para os autores, é urgente pensar na necessidade de integrar ambiente de trabalho, saúde do trabalhador e o próprio trabalho para a definição de decisões a nível social, político, cultural e econômico. Para os autores deve-se retirar o trabalhador da situação de alienação nos meios de produção, de forma que a reprodução dos processos e a quantificação de casos não sejam os mais relevantes. Especificamente, para a atividade de ensino na educação profissional, os autores reforçam que é crucial a articulação entre ambiente, saúde e trabalho.

Em outro estudo, Jogaib e Muniz (2015) investigaram as vivências da aposentadoria por professores de uma universidade pública federal brasileira – os quais optaram por continuar exercendo suas atividades após aposentarem, na mesma instituição. Apesar de ainda se submeterem a normas e regras, os professores mencionaram maior flexibilidade e autonomia sobre as tarefas desempenhadas após a aposentadoria. Vale destacar que, em uma situação contrária, o aumento da carga de trabalho pode provocar danos à saúde do trabalhador, principalmente por este não encontrar possibilidades de ação e de modificação de seu modo operatório. Os autores explicam que o excesso de normas no ambiente de trabalho é invivível, podendo ser extremamente adoecedor. O que se verificou, no caso dos professores, foi uma atividade de trabalho que se afastou dessas características excessivamente normativas e danosas. Os resultados demonstraram diminuição da carga de trabalho e aumento das possibilidades de escolhas. Logo, tais características da organização do trabalho são positivas e influenciaram substancialmente para a decisão dos professores de continuarem na docência.

A partir da leitura dos artigos, algumas reflexões podem ser colocadas. A proliferação do trabalho precário tornou-se uma realidade (BARROS et al., 2019) e, na ordem moderna, muitas instituições adotam políticas de descentralização (como, em instituições públicas, transferência do estatal para o terceiro setor), incorporando, assim, flexibilização e precarização do trabalho (RIBEIRO; ARAÚJO-JORGE; BESSA NETO, 2016). Tratando do trabalho docente, é urgente pensar e refletir sobre as maneiras com que se organiza o trabalho; afinal, revela-se, a cada dia, o quanto a precarização, os vínculos temporários e a domesticação dos professores (BARROS et al., 2019; DAHER, 2014) são prejudiciais e perigosas – não apenas para os profissionais, mas muitas vezes para os alunos. Ao pensar na organização do trabalho e na produtividade nos ambientes de ensino, valem as reflexões: a ênfase na produtividade está pautada na aprendizagem dos alunos? Se as formas atuais de organização do trabalho docente incorporam os vínculos temporários, os contratos de curto prazo, a precarização, dentre outras características, estas não tendem a prejudicar justamente a produtividade, isto é, uma atividade fim do docente, o ensino?

4.2.3 *Confronto entre saberes*

A atividade de trabalho, no encontro entre o prescrito e o real, se relaciona com a dialética dos *saberes constituídos* e *investidos*. Tal dialética é essencial na ergologia, pois se tem uma visão mais completa e realista da atividade de trabalho humano. As pesquisas conduzidas por Lima e Cunha (2018) e Beato-Canato e Arruda (2017) apresentaram problemáticas vivenciadas no trabalho docente que se relacionam com a dialética de saberes.

Lima e Cunha (2018) discutiram como as ações voltadas para o reconhecimento de saberes de professores vêm se materializando nas políticas públicas. As autoras explicam a complexidade dos saberes docentes, em uma convergência entre saberes profissionais, curriculares, disciplinares e experienciais. Na investigação, constatou-se que as políticas públicas brasileiras de reconhecimento de saberes e competências dos docentes focam a realização de atividades específicas, consideradas mais relevantes em detrimento de outras – como a pesquisa, em prejuízo de atividades de ensino. Para as autoras, tal método tem pouca contribuição para a valorização dos saberes docentes, além de configurar uma mudança na valorização destes. Antes, o professor era selecionado e valorizado por sua experiência profissional além da escola; atualmente, é valorizado por sua experiência como pesquisador. Com isso, reforça-se o desinteresse de docentes no envolvimento em atividades de ensino, trazendo à tona um perfil novo de docente na educação profissional – muitas vezes, desvinculado da prática docente. Em concordância com as autoras, é necessário problematizar o que está sendo valorizado, e quais os saberes docentes que estão sendo reconhecidos.

Beato-Canato e Arruda (2017) analisaram a formação docente idealizada pelo projeto político pedagógico (PPP) e ementas disciplinares – neste caso, para licenciatura em Letras –, e contrastaram com a regulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). As autoras ressaltam que as DCN tratam de perfil, competências e habilidades esperadas do profissional, e que este deve atuar em diferentes frentes de trabalho (professor, pesquisador, revisor, etc.). Ao compararem o PPP e as DCN, as autoras identificaram que ambos defendem a formação do profissional com perfil flexível. Porém, na organização real do curso, há ainda a estruturação baseada na distinção entre teoria e prática, com reserva da maior parte de carga horária para disciplinas exclusivamente técnicas – caracterizando um curso bipartido. Da forma como está organizado, a permanência desse enfoque contribui para a desvalorização do trabalho docente e visão aplicacionista e reducionista da profissão, já que fica subentendido que, para ser professor, basta dominar conteúdos ensináveis. Assim, outros saberes e dimensões fundamentais para a complexa atividade docente (como postura crítica e consciente, didática, ações coletivas e transformadoras) são preteridos.

Tem-se atualmente a grande valorização do saber científico-tecnológico, o que exacerba a importância dos saberes racionais – não apenas no trabalho docente, mas na vida social –, e menospreza outras formas de apreender a realidade (DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015). Vale reforçar que a atividade de trabalho docente é constituída por elementos variados e complexos, os quais envolvem os diversos saberes (não apenas o saber constituído). Assim como afirma Trinquet (2010), o trabalho não é somente a realização técnica e mecânica (como muitos o reduzem). Logo, para analisar, compreender e avaliar a atividade humana e os saberes docentes – criados e recriados cotidianamente –, é preciso se aproximar dos sujeitos envolvidos na construção diária dessa atividade.

4.3 Enfrentamentos no Trabalho Docente

Como pensar que o exercício profissional não remete o indivíduo às suas escolhas e dramas internos? (SCHWARTZ, 2000b). Assim como toda atividade de trabalho, a atividade de trabalho docente é permanentemente uma renormalização das normas antecedentes. Conforme Dias, Santos e Aranha (2015), o professor não cumpre as prescrições de forma passiva, pois a dinâmica da vida escolar exige a recriação das normas antecedentes – o que expressa saúde, inteligência, desejo e subjetividade. O processo de renormalização dos docentes, frente aos desafios no meio de trabalho, significa sempre elaborar e rever saberes e escolhas que perpassam os seus valores. Assim, o docente cria e recria, em suas micro-ações e micro-escolhas, na tentativa de transformar o meio para um pouco de si mesmo.

O “fazer diferente” por meio da constante gestão da distância entre o prescrito e o real demonstra-se, no trabalho docente, de inúmeras maneiras, como: orientar o que “for possível”

(JOGAIB; MUNIZ, 2015); “pegar na mão do aluno” ou “subir aulas” (ALVES, 2018); desculpar o número de faltas (DE FREITAS; SOUZA, 2018); terminar a aula mais cedo para não prejudicar a aula seguinte (DE FREITAS; SOUZA, 2018). Visualiza-se o *corpo-si* funcionando como regras endógenas formadas a partir das constantes renormalizações (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018) na atividade docente. Vale reforçar as palavras de De Freitas e Souza (2018, p. 108): “as renormalizações acontecem, quando os docentes precisam se posicionar diante do que a norma orienta e o que o sujeito opta por fazer”.

Já que as normas não são completas, o trabalhador se mantém em posição constante de dúvidas e incertezas, envolvendo as dramáticas de *usos de si por si e pelos outros* (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018; SCHWARTZ, 2000a). O estudo de Jogaib e Muniz (2015) exemplifica muito bem o *uso de si por si*, em que os professores, com a aposentadoria, vivenciam de maior liberdade para fazer *uso de si por si* do que em momentos anteriores na carreira docente. Por essa modificação na maneira como fazem *os usos de si*, os autores sugerem uma reconfiguração da relação com o trabalho pelo fato de os professores aposentados terem maior autonomia e possibilidades de escolhas.

Nesse sentido, Dias, Santos e Aranha (2015) refletem sobre as dramáticas de usos de si no trabalho docente. Eles explicam que, para responder às prescrições, o professor faz *uso de si pelo outro*, pois favorece o outro (quem emanou a prescrição), atendendo àquilo que determinam os planos de curso e ensino, o calendário, a política educacional, dentre outros. Fazer *usos de si* pressupõe escolher em meio a alternativas infinitas, em que os *usos de si (por si e pelos outros)* se entrelaçam dialeticamente. De fato, tais escolhas devem ser acertadas, uma vez que são fundamentais para preservar a vida, o bem viver e a saúde do trabalhador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou identificar problemáticas vivenciadas na atividade docente em estudos recentes brasileiros por meio de uma revisão sistemática da literatura. Atualmente, verifica-se que as relações de trabalho sofrem intensa instabilidade e precarização. O momento é de dúvidas, incertezas e apreensão pelo trabalhador, no caso o docente. Ou seja, estudar o trabalho docente, nessa conjuntura, é necessário e urgente. Esta pesquisa alcançou o seu objetivo e fornece um panorama do que vem sendo estudado recentemente sobre o trabalho docente no Brasil pela perspectiva teórico-analítica ergológica, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento sobre a temática.

Por meio da revisão de literatura, 12 estudos foram selecionados. Os resultados demonstram as principais problemáticas vivenciadas pelos docentes, as quais foram agrupadas em três temáticas. A primeira, *prescrições do trabalho*, incluiu: dissociação entre conteúdos de ementas de disciplinas e a atividade docente (SANT’ANNA, 2014); dificuldades do professor-tutor, na educação à distância, no papel intermediador entre professor formador e alunos (ALVES, 2014); invisibilidade do trabalho real na docência, muitas vezes considerado “simples” e “sem complexidade” (ALVES, 2018); existência de normas sociais na atividade de ensino, que não existem nos manuais, mas que são cobradas socialmente (DE FREITAS; SOUZA, 2018); e, necessidade de aplicar habilidades e conhecimentos que não foram tratados na formação docente ou nos manuais e regulamentos (VERÍSSIMO et al., 2018).

A segunda temática, *organização do trabalho*, englobou: aspectos alarmantes do trabalho docente (como sobrecarga e perda de autonomia), bem como o saber desvinculado da transmissão (DIAS; SANTOS; ARANHA, 2015); problemas na seleção do docente como servidor público (DAHER, 2014); precarização dos vínculos do trabalho docente contemporâneo (BARROS et al., 2019); alienação do trabalhador e não integração entre ambiente, saúde e trabalho nas práticas de educação (RIBEIRO; ARAÚJO-JORGE; BESSA NETO, 2016); e, reconfiguração da relação com o trabalho de professores aposentados (JOGAIB; MUNIZ, 2015). Já a terceira temática, *confronto entre saberes*, incluiu: insuficiência

de políticas públicas para reconhecimento de saberes docentes (LIMA; CUNHA, 2018); e, visão reducionista dos saberes docentes (BEATO-CANATO; ARRUDA, 2017).

A partir das problemáticas levantadas, indaga-se, enfim: ora, se o mundo é transformado ininterruptamente pela atividade humana (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018), será que os professores estão possuindo o merecido e devido espaço para transformarem o mundo? A sua grande e inegável importância – educação, ensino, pesquisa, formação de cidadãos, dentre muitas outras práticas – deve ser constantemente (re)lembrada.

Cabe ressaltar que não se pretendeu com esta pesquisa a generalização dos resultados em relação ao trabalho docente. Existem muitas possibilidades de investigações sobre o tema. Para estudos futuros, sugere-se a revisão de pesquisas sobre o trabalho docente em um período maior do que o utilizado neste artigo (por exemplo, dos últimos 10 anos), para que seja possível estabelecer um paralelo entre as problemáticas vivenciadas pelos docentes – como avaliar mudanças ao longo da história e os fatores contextuais que possam ter influenciado nas mudanças. Indica-se também a revisão de literatura que inclua outras localidades, além do Brasil, para que seja possível conhecer especificidades do trabalho docente em outros povos e culturas. Ademais, o cenário atual de pandemia ocasionada pelo Covid-19 provoca inúmeros e profundos desafios ao trabalho docente. Explorar esses desafios e as consequências destes (mentais, psicológicas, etc.) no trabalho docente em pesquisas futuras revela-se como um caminho necessário. Mais do que nunca, é preciso um “olhar atento” aos professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. M. A atividade de tutores na educação a distância: um olhar ergológico para o prescrito e o vivido nos ambientes virtuais de aprendizagem. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 336-344, 2014.

ALVES, W. F. A invisibilidade do trabalho real: o trabalho docente e as contribuições da ergonomia da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

ARBEX, A. P. S.; SOUZA, K. R.; MENDONÇA, A. L. O. Teaching, readjustment and health: the experience of teachers at a public university in Brazil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.

BARROS, M. E. B. de; SILVA, F. H. da; ZAMBONI, J.; MARTINS, L. M.; CARDOSO, J. Y. M. Resistências à precarização no trabalho docente: posicionamentos teóricos e metodológicos. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, p. 1-14, 2019.

BEATO-CANATO, A. P. M.; ARRUDA, L. de S. O professor de francês como língua adicional construído no currículo de um curso de licenciatura em Letras. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 21, n. 3, p. 338-359, 2017.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.) **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

BORGES, M. E. S. Trabalho e gestão de si: para além dos “recursos humanos”. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 7, p. 41-49, 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, vol. 5, n. 11, 2011.

- CANÁRIO, R. Formação e Desenvolvimentos. In: RUZZA, R. D.; LACOMBLEZ, M.; SANTOS, M. **Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018. p. 43-67.
- DAHER, D. C. Um exame de prática discursiva do trabalho de seleção de professores de línguas estrangeiras para o sistema público de ensino básico. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 306-316, 2014.
- DE FREITAS, V. C.; SOUZA, S. P. O trabalho docente: entre prescrições e renormalizações. **Ergologia**, nº 20, 2018.
- DIAS, D. de S.; SANTOS, E. H.; ARANHA, A. V. S. Contribuições da ergologia para a análise da atividade de trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 211-227, 2015.
- DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. Glossário da ergologia. In: RUZZA, R. D.; LACOMBLEZ, M.; SANTOS, M. **Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018. p.11-29.
- JOGAIB, M. L. M. L.; MUNIZ, H. P. Aposentadoria e trabalho docente: momento de despedidas ou reencontros com o trabalho? **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 18, n. 1, p. 47-59, 2015.
- LEMOS, D. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1, p. 105-120, 2011.
- LIMA, N. V.; CUNHA, D. M. Saberes docentes: as políticas de reconhecimento de saberes dos professores da educação profissional no brasil. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.
- LÜDKE, M.; BOING, L. A. O trabalho docente nas páginas de Educação & Sociedade em seus (quase) 100 números. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1179-1201, 2007.
- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- PETINELLI-SOUZA, S.; SOUZA, E. M. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re) significações. **Educação em Revista**, v. 28, n. 2, 2012.
- RIBEIRO, J. M. P.; ARAÚJO-JORGE, T. C. de; BESSA NETO, V. Ambiente, saúde e trabalho: temas geradores para ensino em saúde e segurança do trabalho no Acre, Brasil. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 1027-1039, 2016.
- SANT'ANNA, V. L. de A. Práticas discursivas delimitadoras de conteúdos: estudo de ementas da formação profissional de professor de línguas. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 317-325, 2014.
- SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 7, p. 38-46, jul./dez, 2000a.
- SCHWARTZ, Y. O trabalho e o ponto de vista da atividade. **Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2ª ed. Niterói: EdUFF, 2010, p. 47-82.
- SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Pro-posições**, v. 11, n. 2, p. 34-50, 2000b.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e ergologia. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010, p. 25-46.

TERRIEN, J.; LOIOLA, F.A. Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 74, p. 143-160, abr. 2001.

TRINQUET, P. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 10, n. número especial, p. 93-113, ago. 2010.

VERÍSSIMO, M.; FARIA, E.; OLIVEIRA, M. das G; SILVA, J. S. A complexidade do trabalho docente: engajamento e criação. **Ergologia**, nº 19, 2018.